

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de História

Licenciatura em História

Trabalho de Fim do Curso

Reintegração laboral dos ex-combatentes da luta dos 16 anos em Moçambique, na cidade de Maputo das empresa de segurança privada entre 1992- 2014: Caso da G4S security

Discente: Gomes Velasco Agostinho

Orientadores: Doutor Paulo Lopes José

Mestre José Cláudio Mandlate

Maputo

Novembro 2023

Índice

Declaração de honra.....	I
Dedicatória.....	II
Agradecimentos	III
Abreviaturas.....	IV
Resumo	V
Capitulo I	3
1. Introdução	3
1.2. Objectivos	5
Geral.....	5
Específicos	5
1.3. Metodologia	5
1.4. Motivação	6
1.5. Justificava	6
1.6. Problemática	7
1.7. Revisão de literatura	8
1.8. Quadro teórico	11
1.9.1. Características da área de estudo	12
1.9.2. Localização geográfica	12
1.9.3. Divisão Administrativa.....	12
Capitulo II - Processo de reintegração dos ex-combatentes da luta dos 16 anos em Moçambique	14
2. Desmobilização desarmamento e reintegração dos ex-combatentes	14
2.1. Mecanismo de reintegração	17
2.3. Reintegração na cidade de Maputo	19
2.4. Perfil dos ex-combatentes de Maputo.....	20
2.6. Entendimento dos ex-combatentes sobre os programas de reintegração.....	21

Capítulo III – Empresas de segurança privada: o caso da G4s security Mozambique	22
3. Empresas de segurança privada	22
3.1. A G4s security Mozambique	24
3.2. Breve historial.....	24
3.3. Política de Recrutamento da G4s.....	26
3.4. Padrões de Comunicação na G4s.....	27
3.5. Condições Logísticas na G4s	28
3.6. Meios de Transporte da G4s	28
3.7. Respeito a Legalidade na G4s.....	29
3.8. Padrões de Formação na G4s.....	30
3.9. Comportamento Organizacional	31
3.10. Ambiente de Trabalho na G4s.....	31
Capítulo IV.....	32
Conclusão.....	32
8. Referências bibliográficas.....	33

Declaração de honra

Eu, Gomes Velasco Agostinho, declaro por minha honra que esta monografia não foi apresentada em nenhuma instituição, quer em parte, ou na sua totalidade na Universidade Eduardo Mondlane ou qualquer outra, para obtenção de qualquer grau académico. Trata-se do corolário de um processo investigativo pessoal, podendo-se comprovar com base nas citações ao longo do texto, e as referências bibliográficas deste trabalho constantes, as fontes usadas.

Gomes Velasco Agostinho

Dedicatória

Dedico a toda minha família e amigos em especial, minha tia Guida Clemente Divinhar, e toda situação que suscite e careça de reintegração.

“E nas margens do rio que se espera o barco”

Ditado que norteia a persistência do grupo étnico “tchuabo”

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pelo dom da vida, mas sobretudo, por nunca ter me abandonado. Estendo ainda meus agradecimentos a toda família materna e paterna pela contribuição na minha educação e instrução, em especial ao meu avo materno Clemente Divinhar Mafunga, em memória, homem de personalidade firme na moral e ética, que apesar de pouco de convívio, acabei bebendo pouco desses valores, a minha mãe Lurdes Clemente Divinhar, em memória, e que devido a sua morte precoce, tenho turvas lembranças. E ao meu pai, Velasco Agostinho Alforma.

Tendo em conta o seu papel especial na vida, os calorosos cuidados e apoios maternos de toda natureza, agradeço a minha tia Guida Clemente Divinhar, que quando morreu minha mãe, prometeu e cuidou de mim, a todo momento, não me esqueço de diversos cofres metálicos e de madeira que tivemos que partir para realização de matrículas.

Sempre Deus coloca anjos na nossa vida em forma de pessoas, o irmão que o ventre da minha mãe não me deu, mas, ele fez questão de me providenciar, Januário Filomeno Fostao, que teve um papel fundamental na minha formação universitária, distante da família, ele se tornou meu consolo e ajuda, me dando e incentivo, de modo a continuar diante das dificuldades, custeando as pequenas despesas do dia-a-dia, mas importantes e indispensáveis, também a todos docentes.

Abreviaturas

AGP – Acordo Geral de Paz

CAS - Centros de Acantonamento

CCF- Comissão de Cessar-Fogo

CCFADM- Comissão Conjunta para Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

CSC- Comissão de Supervisão e Controlo

CORE- Comissão de Reintegração

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

FADM - Forças Armadas de Defesa de Moçambique

OIM- Organização Internacional de Migração

ONUMOZ- Organização Internacional para a Migração Operação das Nações Unidas em Moçambique

PRE- Programas de Reajustamento Estrutural

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Resistência Nacional de Moçambique

RENAMO- Resistência Nacional Moçambicana.

Resumo

Este estudo resulta da pesquisa sobre o processo de reintegração laboral dos ex-combatentes da luta dos 16 anos em Moçambique, na cidade de Maputo das empresa de segurança privada entre 1992- 2014: Caso da G4S security, após o conflito civil que ocorreu entre 1976 a 1992, e este fim que criou necessidade de reintegrar os actores desta guerra, de ambos lados, do governo e da Renamo. Este estudo se distingue dos demais pelo facto de se focar no processo de reintegração laboral dos combatentes da luta dos 16 anos em locais de trabalho, onde se constata que dos diversos processos de reintegração laboral destes actores tem sido caracterizado por providencia de consumíveis de alívio imediato, (produtos alimentares, vestuários, material de construção) e pequenos instrumentos de trabalho de sobrevivência, (enxadas de cabo curto, para produção de alimentos, bem como martelos e pregos para construção de suas palhota como e valores monetários irrisórios, o que tem perpetuado estes actores na miséria, mendicidade e em últimos casos em casos na sua marginalidade. Não se dado ênfase nestes nos processos integrativos a educação, sobretudo para aqueles combatentes que não sabem ler e nem escrever, o que lhes daria faculdades de assimilação e interpretação de normas legislativas, mas também situações a sua volta com mais eficácia e formação dos atores, o que lhes daria habilidades de saber fazer de forma duradoura, saindo para sempre da dependência, sobretudo de natureza económica. Esta realidade muda-se com base em uma abordagem reintegrava que crie proprietários e não proletariados como tem sido até hoje, através da educação e formação e valores financeiros que correspondam, para que ao envés de pequenos produtores para consumo, com instrumentos rudimentares , tenhamos proprietários de vastas extensões de terras agrícolas comerciais, com tractores, alfaias e debulhadoras, e ao envés de construtores de palhotas, com catanas, pregos e martelos, tenhamos prestadores de serviços na área de construção, munidos com maquinaria de construção civil.

Estas acções tem sido delegadas na sua execução as nações unidas, sobretudo na sua dimensão financeira, que quando apresentam dificuldades, os processos encalham quase sempre, e a igreja católica tem se destacado na viabilização da reintegração aproximando e facilitando os contactos das lideranças do governo e da Renamo para aderirem e facilitarem este processo, urgindo desta forma enquadramento dos reintegrativos dos combatentes da luta dos 16 anos, nos planos económicos e sociais, via orçamento do estado para via viabilidade e eficiência.

Ao longo dos tempos tem havido dificuldade de desmobilização e reintegração dos combatentes, por falta de finanças por um lado, mas também descontentamento e não aceitação de certos aspectos dos processos e resultados eleitorais, o que tem condicionado no retorno a violência após eleições.

Palavras-chaves: reintegração, reintegração laboral, ex-combatentes.

Capítulo I

1. Introdução

Sabe-se o processo reintegrativo e uma necessidade que todos actores e vítimas de conflitos militares, necessitam após seu termo, como veículo que lhes permita dar seguimento a sua vida, com base na atribuição de incentivos formativos e financeiros que os habilitem a realização actividades que lhes garantam rendimento, e conseqüente vivência com dignidade. Muitas vezes, estes objectivos tem escapado por entre as mãos dos implementadores, sob varias justificadas, outras até justificáveis.

A pergunta que se pode colocar e: apesar de promessas e compromissos, como se explica que os processos reintegrativos em Moçambique não se efectivem plenamente, e a efectivar-se ocorram com lacunas que não permitem aos reintegrados a satisfação dos seus desejos e muito menos uma vivência que permite, com base neste processo serem empresários, produtores de riqueza para o país, ou apenas os mantenha em grande numero como proletariado assalariado, pequena parte, outros ainda mendigos e até marginais?

Será que os esforços de reintegração que tem sido levados em conta até agora produzem resultados desejados? E que resultados são desejados com os processos reintegrativos, concretamente os dirigidos aos combatentes da luta dos 16 anos em Moçambique? Que integrados o estado pretende neste processo independente da origem, os soldados da Renamo ou do governo? Será tem sido apenas o facto de muitos destes ex-agentes de guerra mal saberem ler ou falar, e o único impedimento que tem inibidos que o estado os reintegre com uma visão diferente, agro comerciantes não apenas virados para satisfação da suas necessidades básicas de consumo domiciliário, mas virados para comercial .

Neste sentido, nada ou quase nenhum processo reintegrativo em Moçambique visou produzir reintegrados que sejam micro, médios empresários, mas sim consumidores, vendedores de mão-de-obra em diversas áreas de serviço, particularmente na empresas de segurança privada que existem no país, camponeses.

Se o estado, como um todo, e o governo, como seu gestor incluíssem nos processos reintegrativos dos combatentes da luta dos 16 anos em Moçambique pacotes de que incluíssem educação para aumento de nível de escolaridade para os que quase não possuem escolaridade aceitável de escolaridade, seria possível maximizar o potencial desta camada

social, ao serviço da economia e política nacional, onde dariam seu contributo, que e também seu desejo obviamente.

Desta forma produziria uma reintegração plena, com este grupo social ciente do seu novo papel social, diante do estado, do país, sendo transformadores irrefutáveis e inesquecíveis, sendo gratos ao país, por ter lhes dado um destino risonho.

Sendo exemplo de vida para suas famílias, e a sociedade em geral, nas suas actividades, nas suas relações, como estado, (direitos cívicos-pagamento de impostos, e patrióticos-amor a pátria), tendo dignidade e razão de serem deste país, e não marginais e, mendigos.

O tesouro que e o ser humano, só e possível desperta-lo, quando as condições forem criadas para o efeito, luto e defende esta posição sem esperar reconhecimento, mas para dar contributo ao país e o mundo sobre como devem ser os processos integrativos no geral, e em particular dos combatentes da luta dos 16 anos, ou mesmo até dos da luta da libertação nacional. Ao leitor, peço sinceramente que pense e analise este trabalho por si mesmo, dependendo de forma possível a sua subjectivada de toda natureza para uma análise meramente académica desta abordagem, *integração dos combatentes da luta de 16 anos em Moçambique caso da empresa de segurança G4S em Maputo,*

Este trabalho, e o corolário de uma revisão bibliográfica, mas também certas entrevistas, e tendo em conta o âmbito nacional do tema, e tendo em conta que o conflito ocorreu a nível nacional, será usado o medo de inferência, sendo desta forma que irei partilhar as minhas reflexões, na crença de que os próximos processos reintegrativos sejam melhores que os até que realizados, ao mesmo tempo, tratou-se de uma experiencia única, uma vez que durante todo curso, este trabalho me permitiu interagir com maior numero possível da revisão bibliográfica e entrevistas, sendo uma demonstração de que se haver abertura, mesmos os que ontem pareciam contra, hoje podem ser a favor de um país melhor.

1.2. Objectivos

Geral

- ✓ Compreender o processo de reintegração laboral dos ex-combatentes da luta dos 16 anos em Moçambique, na cidade de Maputo das empresa de segurança privada entre 1992- 2014: Caso da G4S security.

Específicos

- ✓ Detalhar o processo de reintegração laboral dos ex-combatentes da luta dos 16 anos em Moçambique;
- ✓ Explicar o processo de reintegração na Cidade de Maputo;
- ✓ Entender o funcionamento da empresa de segurança privada G4S Security;

1.3. Metodologia

Revisão Bibliográfica, o seu só se deve ao facto deste trabalho não ser o primeiro a abordar a questão, dai que há uma necessidade de partir de abordagens de vários autores que já deram seu contributo nesta matéria para um melhor ponto de partida sobre o meu tema, o que ira providenciar uma abordagem suportada nesta informação, o que depois de uma analise detalhe ira permitir a produção de uma informação concisa, precisa e sobretudo direccionado só meu tema , integração laboral dos ex-combatentes da luta dos 16 anos nas cidades de Maputo e Matola, sobretudo nas áreas de empresas de segurança privadas e panificadoras.

Entrevista este método e importante, na medida em que permite trazer elementos a partir de actores que estiveram directamente envolvidos neste processo de integração laboral na cidade da Matola e Maputo, locais onde este trabalho ira se cingir, podendo fornecer dados vividos pelos integrados neste processo, o que passaram, dificuldades, flexibilidades. Este método também ira permitir a recolha de dados de actores deste processo integrativo, bem como a sua respectiva confrontação, com os documentos no ministério da defesa nacional, nos centros de recrutamento destas duas cidades e panificadoras, o que na minha opinião ira tornar ainda mais rico o debate sobre este tema.

Inferência este estudo, irá se cingir ao nível da cidade de Maputo e Matola, mas a questão da integração, tal como o conflito do qual a reintegração no geral, e dos combatentes da luta dos 16 anos em particular, decorreu em todo pais, dai que este método será uma ferramenta

através da qual, com base em pequenos dados e detalhes, e provas que destas cidade em o estudo sobre a reintegração, levarão a dedução daquilo que foi o processo ao nível do país todo, trazendo o espectro não somente da região onde este estudo se direcciona, mas o país como um todo.

1.4. Motivação

A motivação por este estudo deve-se, além do âmbito do fim do curso, em grande parte, ao facto do estudante ter trabalhado e convivido durante oito anos com muitos destes ex-combatentes como colegas de trabalho naquela empresa, e que durante as jornadas de trabalho, contavam as suas vivências. Ao contarem essas experiências com sabor duplo, amargas por um lado, e reais e comoventes por outro, despertaram grande interesse em aprofunda-las ainda mais, mas também trazer uma nova abordagem sobre os ex-combatentes. Uma vez que grande parte de estudos que existem tratam da vertente mais social, e quando tratam da vertente laboral são demasiado superficiais ou pouco tratam sobre a reintegração laboral deste grupo que durante 16 anos teve a arma como seu instrumento de trabalho e de sobrevivência. E, ainda mostrar o papel económico, social e particularmente familiar com a sua reintegração laboral, contribuir no melhoramento dos processos integrativos. E quanto ao local do estudo deve-se a facilidade acesso de informação, também a maximização dos custos inerentes ao local do estudo.

1.5. Justificava

E importante trazer esta abordagem pelo facto de as empresas de segurança privada terem dado uma oportunidades segura de trabalho aos ex-combatentes proporcionando-lhes a sobrevivência, após longos anos de serviço militar, que lhes retirou as habilidades da vida, quer social e económica, substituídas, principalmente pela arma, não só, como instrumento de guerra, mas também de sua sobrevivência em Moçambique.

Justifica-se ainda este tema, o papel que as empresas de segurança privada tiveram de forma indirecta na pacificação do país ao empregarem aos ex-combatentes, quer para este grupo quer para seus dependentes directos, esposas e filhos. Tendo em conta que que a guarda publica, Policia da República de Moçambique tem enfrentado grandes desafios no combate a crimes, guarnição de instalações, publicas e privadas, guarnição de bens, económicos, sociais e culturais, justifica-se a existência de empresas de segurança privada como parceiras da Policia república de Moçambique no combate a esses males.

1.6. Problemática

Integração é um processo, acompanhado pela reconciliação que pressupõe análise e dimensão de perda e da eventual anulação feitas sob escrutínio público, dentro de regras e procedimentos simples diferentes dos usados nos tribunais envolvendo organizações socialmente credíveis. De entre elas religiosas, de justiça, assembleia da república, grupos de direitos humanos. Chegado a esse consenso, há promessa de se fazer melhor, sendo considerado feriado nacional público, de luto pelo passado e de reconciliação, mas sobretudo de recomeço, (Wener e Bweno, 2020: 72-76).

O processo de reintegração dos combatentes da luta dos 16 em Moçambique, foi marcado por avanços e recuos, que resultam da falta de fundos devido as condições económicas em que o país se apresentava, tendo sido viabilizado por instituições internacionais das nações unidas e vários países ocidentais, com destaque para Alemanha, e países nórdicos, uma vez que saia de conflito que devastara, o país e o processo de reintegração não teve como seu foco principal a questão da formação dos combatentes, nem a sua escolarização, ainda assim tradicional mas sim produtos, e incentivos virados a produção agrícola, bem como para construção de suas residências, e não formação em diversas áreas de produção de atividades e serviços e em casos em que esta formação ocorreu foi de forma bastante superficial e ad-hoc, o que pode ter se tornado inflexível e frágil, os processos de reintegração em Moçambique, não só, como também no Zimbábue, com os veteranos da luta de libertação nacional, que devido a fragilidade do processo, exigiram o cumprimento das promessas do presidente Robert Mugabe, sitiando-o para tal no escritório do seu partido, urgindo a mudança da mentalidade nos processos de integração.

Nos processos de reintegração seria bom que a formação e escolaridade fossem acima de tudo o primeiros elementos a ter em conta, em áreas profissionalizantes, como carpintaria, serralharia, pintura, mecânica, etc., Com ex-combatentes com essas capacitações se produziria no seio dos combatentes empreendedores de micro, pequenas e medias empresas nos sectores de serralharia, carpintaria, empresas de prestação de serviços em pintura, entre outras, o que criar patoes e mais empregos, há que deixarmos de olhar as reintgracoes como um processo dos actores apenas, de toda uma sociedade, sobretudo nas consequencias.

A não opção de formação desses cursos na reintegração se deve em grande parte a falta de fundos suficientes ou falhaço e inflexibilidade nos processos de integração, na sua construção e execução?

O baixo nível de escolaridade da maior parte dos combatentes podera ser a causa de reintegrações viradas para construção, produção e consumo apenas, ou porque existem factores como falta de fundos por parte do estado, e o facto de que em processos tao senciveis como e o de reintegracao o governo ficar a espera sempre de uma mao estrangeira para sua resolucao?e que não são feitos processos integrativos que visem produzir uma classe social de altos rendimentos, empregadores, e não servidores, e proletariados.

1.7. Revisão de literatura

Em 1987, e aplicado na economia Moçambicanas o PRE, programa de reabilitação económica , com objectivo de obtenção de financiamentos externos e alterar as alianças internacionais pelo partido Frelimo, com objectivo de suster a crise económica , e alcançar a paz, que surge como um aprofundamento com elementos de continuidade e descontinuidades em relação as reformas iniciadas em 1983, tanto a nível externo como interno (Mosca, 2005: 30).

Por parte de sectores então dominantes e radicais do poder, pretendiam que o PRE, fosse um instrumento do período de transição, com cedências na política económica e social face aos dois grandes problemas do pais: guerra e crise económica, outros sectores não tinham duvidas de que o, este instrumento o, o PRE, seria o fim da política económica e o começo de consequentes e profundas reformas no poder e o inicio de da aplicação de um modelo capitalista desenvolvido (Mosca, 2005: 309).

Segundo Costa (2013), os suportes do mercado selvagem são as politicas mais liberais do pensamento neoclássico sem qualquer intervenção exógena, geralmente do estado ou do poder política e de lobbies diversos que mesclam política, negócios, poderes e influencia conduzindo com base em mecanismos próprios ao equilíbrio, com base na maximização da eficiência económica e da satisfação dos consumidores.

O objectivo das reformas consistiam basicamente em travar a queda da actividade económica do pais, iniciar uma progressiva recuperação até 1990, dos sectores vitais da economia nacional, sendo PRE, possuidor de um programa reactivação da produção para exportação, abastecimento do povo , aprovisionamento da industria, com base na definição dos sectores e produtos prioritários, sua interligação no processo económico e a sua coordenação com o esforço da defesa da pátria (Mosca, 2005: 311).

No período de 1986 a 1996, ocorre a liberalização do mercados, com a consequente passagem para mercado oficial de muitas transacções e produções até então jamais realizadas na economia informal e paralela, o que pressupõe a possibilidade de inclusão na contabilidade nacional e aumento da acessibilidade do sector privado a um conjunto de actividades económicas e a recursos importados , chegada de massiva de ajuda internacional, realização de projectos através de ONGs, de desenvolvimento que contribuem para dinamização da economia, financiando a balança de pagamento, permitindo importação de matérias primas e peças sobressalentes para industria e factores de produção agrícola, o que provocou efeitos sobre actividade de transporte, comercio entre outros (Mosca, 2005: 312).

Segundo Mosca et al, apud Costa (2013), de entre as importações em 2009, as relacionadas com veículos ocuparam a 4ª posição depois do petróleo no país, tendo crescido mais os sectores de transportes e comunicações, outros sectores e construção civil, e refere-se especificamente crédito as famílias, o que se reflectiu em habitação, veículos e outros bens, e entre 2001 a 2010, 33, 7 % foi concedido a economia

A economia ganha um novo estímulo, com a paz em 1992, quando grande parte da dos refugiados nos países vizinhos regressam sua zona de origem , tendo sido ajudados com recursos para reinicio da suas actividades produtivas e acomodação, adicionando-se a isso o clima favorável a produção agrícola, oque permitiu crescimento e funcionamento da economia, bem como verifica-se diminuição com gastos na segurança e defesa, bem como entrada do investimento directo estrangeiro no país influenciaram no Produto Interno Bruto (PIB) (MOZAL), (Mosca, 2005: 314).

Com advento do século XXI, verifica-se nos portos Moçambicanos baixo manuseios de 6.097 milhões toneladas contra os 76 mil toneladas verificadas na ultima fase do período colonial, mesmo em relação a princípios dos anos 1980, mais de 7500 toneladas, (Banco de Moçambique, apud Mosca 2005).

Segundo Mosca (2005), verifica-se no ramo agrícola uma evolução, mas que não atinge os valores de 1981, a produção de 2000, mesmo tendo evoluído, nem mesmos os valores dos últimos anos do período colonial, com a liberalização da economia, verificou-se aumento da oferta de produtos, hortícolas, frutas, bebidas, vestuários e alimentos.

Na actualidade a economia Moçambicana , caracteriza-se por relações de dependência e subordinação a interesses e centros de decisão localizados fora do país, com padrões de

acumulação centrados no exterior, articulando com elites nacionais que se beneficiam de uma pequena percentagem da distribuição dos rendimentos, tendo tido a África do Sul, um papel relevante, como subpotência, com pressupostos regionais, Mosca, (2005: 352).

Enquanto que na primeira década do século XXI, sobretudo entre 2011 e 2012, a entrada significativa de capital resultante do investimento estrangeiro directo assegurou a valorização da moeda da moeda nacional, (Loureiro, apud Costa, 2013: 21).

As assimetrias profundas, também são uma característica da economia Moçambicana, no que concerne ao seu desenvolvimento e na distribuição dos rendimentos, tanto social e espaciais, como mostra (Mosca, apud Rodrigues, 2005), entre Maputo e o resto do país, as provinciais sul e a norte de Gaza, (rio Save), o litoral e o interior, e muitas outras dicotomias que revelam diferenciações espaciais.

Segundo Costa (2013), as políticas económicas com fortes componentes expansivas, sejam elas, monetárias, orçamentais e outras, selectivas, ou discriminatórias redistributivas em função de alianças do poder sem que a economia gere esses recursos, possui como finalidade captar apoios sociais para defesa da reprodução do poder e de regimes, sejam autoritários ou democráticos, possuem finalidades eleitoralistas e de fidelidades partidárias, designa estas políticas como sendo populismo económico

De acordo com Mosca, (2005), a riqueza em Moçambique esta concentrada numa memória elitista, que tem fortes relações com o poder político, e uma classe emergente de empresários e profissionais liberais que beneficiam de posições privilegiadas no estado, nas organizações não governamentais, no sector privado, em especial em cidades como Maputo, onde também se verificam clivagens ao mesmo tempo, funcionalidades entre economia moderna e tradicional, compartimentalização da economia, que consiste em baixas relações entre intersectoriais, debilidades das infra-estruturas de transportes, rede viária e ferroviária de comunicações, rede comercial, rede comercial no meio rural, infra-estruturas produtivas agrícolas, pouca superfície irrigada.

Mesmo com abundantes bacias hidrográficas, elevada população que vive abaixo da linha da pobreza, falta de políticas adequadas para romper o ciclo da pobreza, baixa poupança, défice crónico na balança de acumulação, baixa produtividade, embora elevado o investimento em termos percentagem do PIB, esta fundamentalmente assente no financiamento externo da balança de pagamento, (Mosca, ,2005: 452-455).

1.8. Quadro teórico

Para facilitar a compreensão deste trabalho é imprescindível clarificar alguns termos nomeadamente: **Segurança, segurança privada, reintegração e combatentes**, que estão relacionados ao tema em pesquisa.

Segurança: Segurança é uma condição relativa de protecção na qual se é capaz de neutralizar ameaças discerníveis contra a existência de alguém ou de alguma coisa. Em termos organizacionais, segurança é obtida através de padrões e medidas de protecção para conjuntos definidos de informações, sistemas, instalações, comunicações, pessoal, equipamentos ou operações. As medidas de protecção devem guardar certa proporcionalidade em relação às ameaças percebidas contra a existência, efectividade e autonomia de quem - ou do que - está sendo protegido, (Macombo, 2008: 13).

Segurança privada: a actividade de Segurança Privada define-se como: “A prestação de serviços a terceiros por entidades privadas com vista à protecção de pessoas e bens, bem como à prevenção da prática de crimes”, Comtemplando, ainda: “a organização, por quaisquer entidades e em proveito próprio, de serviços de autoprotecção, com vista à protecção de pessoas e bens, bem como á prevenção da prática de crimes” (Bazote, 2016: 25).

De acordo com o Decreto 26/90, de Setembro, as actividades de segurança privada são aquelas que são exercida por empresas de segurança em nome individual ou de organizações sob forma de sociedades comerciais, tendo como objectivo protecção e segurança de bens e pessoas e serviços, vigilância, controlo de acesso, permanência e circulação de pessoas em instalações, edifícios e locais fechados ou vedados nos termos da lei, e ao publico em geral

Ainda com o mesmo decreto, as modalidades e formas de segurança permitidas são as de protecção de pessoas e bens, através de guarda, segurança de objectivos económicos, sociais, culturais por meio de guarnição e patrulha, entendendo-se por guarda o agente ou conjunto de agentes móveis ou fixos de empresas de segurança privada eu tem a missão de determinado período assegurar a protecção e segurança de bens, pessoas e instalações.

Enquanto que guarnição conjunto de guardas estacionados em determinadas instalações com tarefa especifica da sua guarnição e segurança. enquanto patrulha-conjunto de guardas em movimento, a pé ou usando qualquer meio de transporte, cuja missão consiste em garantir vigilância, protecção, segurança de determinadas instalações segundo um percurso e plano previamente organizado de forma metódica e regular (Ibidem).

São exigência para o exercício de segurança privada nas modalidades de segurança privada será necessário um requerimento no qual deverão constar , nome idade, estado civil, filiação, nacionalidade, habilitações literárias e técnico-profissionais e residência do requerente ou requerentes (Ibidem).

Reintegração: reintegração como a fase em os traços fundamentais que distinguem os ex-combatentes de outros membros das suas comunidades deixam de existir, sendo reintegração. Uma noção bastante ambígua e imprecisa que e sustentado por um prefixo de repetitivo que pressupõe que aqueles que estão prestes a ser reintegrados já foram integrado e que a guerra ou o estilo de vida militar os separaram da sociedade, sendo necessário reintegra-los” de volta" à vida civil, (Ibidem: 26).

Combatentes: O regulamento identifica não só o combatente, como combatente regular pertencente aos exércitos, mas abrange também na ampla noção, aqueles que pertencessem às milícias e aos corpos voluntários, desde que estivessem sob circunstâncias de comando, numa cadeia hierárquica, alertando para a exigência de distintivo fixo e visível, devendo ser portadores de armas e obedecerem às leis e usos da guerra, (Coelho, 2009: 4)

1.9. Características da área de estudo

1.9.1. Localização geográfica

A cidade de Maputo situa-se a 120 km da fronteira com a África do Sul e a 80 km da fronteira com a Suazilândia. A capital de Moçambique localiza-se a oeste da baía de Maputo onde desaguam os rios Tembe, Umbeluzi, Matola e Infulene, a uma altitude média de 47 metros e os seus limites correspondem às latitudes 25° 49' 09" S (extremo norte) e 26° 05' 23" S (extremo sul) e às longitudes 33° 00' 00" E (extremo leste - considerada a ilha de Inhaca) e 32° 26' 15" E (extremo oeste). A norte, a cidade de Maputo faz fronteira com o distrito de Marracuene, a noroeste e oeste com o Município da Matola, a oeste com o distrito de Boane, e a sul com o distrito de Matutuíne, todos pertencentes à província de Maputo (Cumbane, 2015: 54).

1.9.2. Divisão Administrativa

De acordo com a divisão administrativa em vigor da cidade e ao mesmo tempo Município de Maputo subdivide-se em 7 Distritos (Unidade Administrativa Autárquica) e 61 bairros,

sistematizados na tabela abaixo. Entretanto, a unidade administrativa mais pequena é o quarteirão, que corresponde à subdivisão dos bairros (Cumbane, 2015: 54).

Tabela – Divisão administrativa dos distritos e bairros da Cidade de Maputo

Distritos Municipais Bairros	Distritos Municipais Bairros
KaMpfumu	Central A, Central B, Central C, Alto Maé A, Alto Maé B, Malhangalene A, Malhangalene B, Polana Cimento A, Polana Cimento B, Coop e Sommerchield
Nhlamankulu	Aeroporto A, Aeroporto B, Xipamanine, Minkadjuíne, Unidade 7, Chamanculo A, Chamanculo B, Chamanculo C, Chamanculo D, Malanga e Munhuana
KaMaxakeni	Mafalala, Maxaquene A, Maxaquene B, Maxaquene C, Maxaquene D, Polana Caniço A, Polana Caniço B e Urbanização
KaMavota	Mavalane A, Mavalane B, FPLM, Hulene A, Hulene B, Ferroviário, Laulane, 3 de Fevereiro, Mahotas, Albazine e Costa do Sol
KaMubukwana	Bagamoyo, George Dimitrov, Inhagoia A, Inhagoia B, Jardim, Luís Cabral, Magoanine, Malhazine, Nsalane, 25 de Junho A, 25 de Junho B e Zimpeto
KaTembe	Gwachene, Chale, Inguice, Ncassene e Xamissava
KaNyaka	Ingwane, Ribjene e Nhaquene

Fonte: Conselho Municipal de Maputo, 2011.

Capítulo II - Processo de reintegração dos ex-combatentes da luta dos 16 anos em Moçambique

2. Desmobilização desarmamento e reintegração dos ex-combatentes

Para Batista (2014) e Honwana, (1996) defendem que foi convidado para assumir um papel principal na implementação do Acordo de Paz, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu, pela Resolução 797, de 16 de Dezembro de 1992, uma missão para supervisionar o processo de paz a ONUMOZ acompanhada de uma Comissão de Supervisão e Fiscalização, presidida pelo Representante Especial do Secretário-Geral, Aldo Ajello, e composta por representantes das partes e dos principais países doadores.

De acordo com a calendário operacional do cessar-fogo então estabelecido, o cessar-fogo devia entrar em vigor o mais tardar a partir do dia 15 de Outubro de 1992 (Dia-E), dia da adopção do AGP¹ pela Assembleia da República. A desmobilização dos soldados do Governo e da RENAMO que não integrariam as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) unificadas devia ser completada seis meses depois do Dia-E; previa ainda o estabelecimento de uma Comissão de Polícia e a formação de novos partidos políticos e a realização de eleições o mais tardar até 15 de Outubro de 1993, portanto, um ano após a entrada em vigor do AGP (Malache, 1997: 9).

De acordo com Coelho e Vines, (1995) um programa de formação e “Kits” (PFK) para fornecer conhecimentos técnicos e de negócios, assim como pacotes de instrumentos a uma população desmobilizada seleccionada, também sobre responsabilidade do PNUD, e um fundo provincial para disponibilizar fundos destinados a financiar pequenos projectos das iniciativas dos ex-combatentes.

Contudo, as Partes não estavam em contacto directo e nem os mecanismos previamente estabelecidos no Acordo haviam sido criados. Obedecendo ao definido no AGP como o papel da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), como mediadora do Acordo, a 4 de Novembro de 1992 foi criada a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), órgão responsável pelo controlo político global do cessar-fogo. A CSC criou as principais Comissões auxiliares que incluíam; a Comissão de Cessar-Fogo (CCF), a Comissão Conjunta

¹. AGP – Acordo Geral de Paz assinado a 4 de Outubro de 1992 em Roma entre Joaquim Alberto Chissano (Frelimo) e Afonso Dlakama (Renamo), pôs termo da guerra civil, dando início a assinatura de Acordos de Roma, capital da Itália.

para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM), a Comissão para a Reintegração do Pessoal Militar Desmobilizado (CORE) (Ibidem, 1997: 9).

Para a efectivação do processo de desmobilização foi criada a Unidade Técnica da ONUMOZ Dependente do Gabinete do Representante do Secretário Geral e no quadro na CCF, este órgão teve um papel central na coordenação e comunicação entre todas as entidades envolvidas no processo de acantonamento e desmobilização das forças militares, nomeadamente o Governo, a Renamo, a CORE e outros no fornecimento de alimentação aos centros de acantonamento; na supervisão da assistência médica e as condições de vida nos campos; e apoio no processo de registo e documentação (Malache, 1997:14).

Os programas das Operações de Manutenção da Paz OMPs das Nações Unidas têm componentes civil e militar. Em situações de guerra civil, em que a paz é resultado de negociações e do envolvimento das Nações Unidas, tais programas envolvem frequentemente a criação de uma nova força militar nacional recrutada a partir dos exércitos anteriormente opostos. Aqueles que não transitam para o novo exército nacional são desmobilizados e regressam às suas casas, esperando-se que se transformem em (ou voltem a ser) cidadãos(Coelho, 2002: 144).

Os programas de desmobilização e reintegração para esses homens e mulheres "excedentários" visam assegurar que eles sejam capazes de garantir a sua subsistência, e das suas famílias, no quadro da economia nacional. Um objectivo importante, como se disse, consiste em garantir que esses ex-combatentes nunca mais sejam tentados a voltar a pegar em armas. Idealmente, eles perderão a sua identidade de soldados e tornar-se-ão cidadãos (Ibidem, 2002: 144).

A implementação dos pacotes requer o acordo inicial das partes envolvidas. Quando ele atingido, os primeiros passos da desmobilização envolvem a separação das forças por meio da colocação de uma força militar de interposição das Nações Unidas. Em seguida, procura-se estabelecer o número de soldados de ambas as partes para serem confinados em centros de acantonamento. Os soldados tem que ser transportados de onde estão estacionados para esses centros. A sua chegada são desarmados, registados, e aqueles que não transitarão para o novo exército são preparados para a desmobilização (Ibidem, 2002: 144-145).

Enquanto estão nos centros, os combatentes a desmobilizar beneficiam de vários programas de apoio que têm por objectivo prepará-los para a vida civil. Tais programas incluem

alimentação, vestuário, exames médicos, educação básica, actividades de tempos livres e orientação no processo de adaptação à vida civil (incluindo aconselhamento financeiro, formação cívica, actividades de rendimento para os soldados e esposas), assistência às crianças-soldados, recenseamento e preparação da documentação individual civil (Ibidem, 2002: 145).

O passo seguinte consiste em transportar os desmobilizados para casa, depois de lhes ter sido fornecido um pacote de benefícios para facilitar a sua reintegração na vida civil. Tal pacote inclui normalmente alguns alimentos, roupas civis e informações sobre as condições no distrito para onde vão residir, assim como documentação para que eles possam receber a primeira parte de um subsídio que se destina a mante-los e às suas famílias até que consigam uma ocupação ou emprego. Uma função importante destes subsídios é manter os desmobilizados no local para onde foram residir, uma vez que só aí podem aceder a eles (Malache, 1997: 15).

Os ex-combatentes em geral não reconhecem a relevância dos “programas de impacto rápido” implementados logo de início nos centros de acantonamento, particularmente do subsídio de reintegração que abrangiu todo o contingente de ex-combatentes. A excessiva carga burocrática e a falta de transparência foram consideradas como os maiores problemas dos programas de reintegração por mais da metade dos desmobilizados que se candidatarão a estes programas sem qualquer sucesso (Malache, 1997: 17).

Segundo OIM (1996) advoga que os ex-combatentes do governo e da Renamo não mostraram diferenças tangíveis em relação a sua atitude política, e desta forma ambos os grupos explicaram a sua posição política a partir do exército onde haviam lutado no passado. Sendo assim, a posição política parece resultar não de uma opção individual mas, antes, do sentido de pertença a uma das forças militares,

Os combatentes do RENAMO continuaram a reclamar no momento da exclusão da reintegração plena dos benefícios, porque não eram elegíveis para pensões como eles não tinham subsídios de pensão deduzidos de seus salários como as tropas governamentais. A Associação Moçambicana dos Desmobilizados da Guerra, AMODEG, tentou ajudar, mas sua dependência em particular o financiamento estatal tornou menos favorável de ex-combatentes da RENAMO em seus esforços para reintegrar (Vines, 2013:381).

2.1. Mecanismo de reintegração

Os programas de reintegração da OMP podem sugerir direcções para a reintegração. Negociações consecutivas e a disponibilização de fundos podem reforçar tais direcções. Contudo, tais intervenções têm um limite e, em última instância, a reintegração dos soldados desmobilizados acaba por depender do sucesso das políticas, economia (incluindo disponibilidade de empregos) e estabilidade nacionais (Coelho, 2002: 146-147).

Na sequência de assinatura de acordos gerais de paz, seguiu-se a fase seguinte a de criação de Organização de Manutenção da Paz (OMP), que uni o pacote de desmobilização e reintegração social dos ex-militares. Essa desmobilização incluía um PDR para os 91,881 combatentes oficialmente reconhecidos como fazendo parte dos dois exércitos beligerantes (Coelho, 2003:147).

O processo de desmobilização veio a ser concluído nos finais de 1995, onde foi possível registar o total de 57.540 antigos guerreiros do governo e do lado da Renamo cerca de 20.538 soldados, o que totalizou 79.078 homens, aceites pela Organização das Unidas em Moçambique (Pardoel, Citado por Coelho, 2003:147).

A desmobilização em Moçambique teve várias interrupções devido das condições logísticas do mesmo no que diz respeito ao atraso da chegada das forças de manutenção da Nações Unidas e acantonamento dos guerrilheiros da Renamo que receavam da decepção por parte do governo em acolher (Ibidem, 2003:148).

No desenvolvimento de um programa de género, tem importância particular aspectos relacionados com as condições sociais e económicas efectivamente existentes no país, a identificação de outros grupos populacionais que eventualmente careçam de tratamento igual, do tipo de reintegração que se pretende fazer (natural ou dirigida), e implicações sobre os objectivos pretendidos no seio da comunidade, assim como os objectivos que se pretendem com o programa os recursos (financeiros, materiais e humanos nacionais existentes, e os de acesso aos programas pelos beneficiários (Malache, 1997: 18).

Em Moçambique, os programas de reintegração começaram a ser implementados quando a desmobilização ainda ocorria nos centros de acantonamento. A definição da estratégia de reintegração dos soldados desmobilizados provocou serias feições entre a UNOHAC e a “comunidade doadora”, a primeira encarando uma reintegração inscrita numa estratégia de longo prazo e ligada, em continuo, ao desenvolvimento, e a segunda visando apenas uma

acção de curto e talvez médio prazo e destinada unicamente a assegurar a continuidade da paz (Clark 1996:18-19).

Os principais programas previstos para os desmobilizados, (ex-combatentes):

Esquema de Apoio à Reintegração (EAR), concebido como um sistema alargado de pagamento dos ex-combatentes de um subsídio em dinheiro durante 18 meses, para além dos 6 meses já assegurados pelo Governo. Estes dois sistemas de pagamento aos desmobilizados garantiu-lhes a continuidade de receber por um período de 2 (dois) anos os seus vencimentos, mesmo na condição de desmobilizados. Este procedimento respondia a um desejo das Partes envolvidas no processo em minimizar os riscos que se corre quando se procede a este tipo de reintegração criando desse modo condições básicas para que estes pudessem gerir as dificuldades decorrentes do impacto social e económico nas respectivas comunidades (Malache, 1997: 22).

Programa de Formação e "Kits", destinado a fornecer formação técnica e de negócios, assim como conjunto de ferramentas ("kits") a uma população desmobilizada seleccionada; o Programa também sob a responsabilidade do PNUD, visava abranger um grupo alvo entre 4.000 e 10.000 desmobilizados". Aprovado pela CORE em finais de Junho, só em Outubro atingiu actividade plena (Ibidem, 1997: 22).

Programa de políticas e identificação de emprego a ser implementado através de Serviços de Informação e Referência (SIR), a criar em todas as províncias. O terceiro grande programa, o SIR, foi estabelecido para colmatar uma lacuna registada durante o processo de desmobilização. Em consequência da multiplicação de incidentes nos CAs, a última hora grande parte dos militares foi desmobilizada fora dos CAs, não permitindo assim o contacto prévio dos desmobilizados com o documento referente ao seu futuro já na vida civil, o que só se verificou no acto da desmobilização (Malache, 1997: 23).

Fundo Provincial para a Reintegração dos Soldados Desmobilizados. Este quarto programa principal "visava apoiar a reintegração social económica dos combatentes desmobilizados e suas famílias através do financiamento de projectos de impacto imediato ao nível de base, apoiando-se em primeiro lugar nas instituições e actividades existentes, e visando estimular a actividade económica e reduzir as fricções sociais e esperava-se que o programa apoiasse as comunidades, particularmente as que recebessem grande número de ex-combatentes, para que fossem capazes de os absorver de uma forma pacífica (Malache, 1997:27).

Pretendia-se ainda que fosse um fundo com capacidade para financiar vários projectos, desde que eles satisfizessem os critérios necessários, tais como "Especialidade de Gestão e Rentabilidade Reversiva do Projecto". Pela sua ambiguidade não seria possível satisfazer a todos os desmobilizados, para além de que se não destinava somente a apoiar projectos individuais mas também aqueles que pudessem oferecer emprego a mais desmobilizados. O Fundo Provincial foi concebido como programa flexível, sob autoridade do director da UNOHAC e do coordenador da CORE (Ibidem, 1997: 24).

Desenvolvimento das Habilidades Ocupacionais. E, finalmente, o quinto programa. Pretendia-se com este programa proporcionar cursos de formação profissional para os desmobilizados que estivessem interessados neles e que reunissem os requisitos exigidos, onde receberiam a formação básica como agricultores, canalizadores, pedreiros, electricistas, carpinteiros e gestores. Esperava-se que com esta formação os desmobilizados fossem capazes de desenvolver actividades produtivas em moldes de auto-emprego, pois estava previsto o fornecimento das ferramentas "kits" a preços bonificados" (Ibidem, 1997: 24-25).

De acordo com uma avaliação para o PNUD a sobrecarga foi baixa (2,5 %) e concluiu que dinheiro e benefícios materiais para todos os soldados desmobilizados deveriam ser a base de todos os programas de reintegração. No final, cerca de 92.000 soldados beneficiaram-se do programa, dos quais 71.000 das forças governamentais e 21.000 da RENAMO (Vines, 2013: 381).

2.3. Reintegração na cidade de Maputo

A população ex-combatente da cidade de Maputo tem algumas características que a distinguem da do resto do país. Do total de 92.881 soldados desmobilizados no país só 1.543 % nasceram na cidade de Maputo. Mostra também que 2.584 viviam na cidade de Maputo na altura em que foram recrutados. Maputo, conseqüentemente, não contribuiu com muitos de soldados para a guerra. A comparação destes dados com a coluna daqueles que optaram por viver em Maputo depois da guerra (7.399, ou quase 8 por cento) mostra claramente que a população ex-combatente de Maputo cresceu quase três vezes ou, por outras palavras, que quase dois terços dos desmobilizados da cidade de Maputo são "estrangeiros", quer por interior de local de nascimento quer de local de residência por alturas do recrutamento (Coelho, 2002: 183).

A província de Maputo, embora seguindo esta mesma tendência geral que ditou a quase duplicação da sua população ex-combatente (se tomarmos em conta os locais de nascimento e de estabelecimento após a desmobilização), mostra uma evolução mais suave, com um pico súbito no número de soldados registados para desmobilização (8.263, ou quase 9 por cento). Após a desmobilização, o número, embora mantendo-se mais alto do que o dos ex-combatentes originários da província, diminuiu drasticamente: certamente que muitos dos soldados desmobilizados na província se dirigiram posteriormente para a cidade de Maputo em busca de oportunidades de vida (Ibidem, 2002: 184).

2.4. Perfil dos ex-combatentes de Maputo

A maior parte do total do contingente de ex-combatentes (cerca de 88 por cento) tinha entre 21 e 40 anos de idade na altura da desmobilização. A nossa amostra revela exactamente a mesma percentagem de 88 por cento para os dois grupos de idade referidos, apesar de haver dois anos de separação entre a recolha dos dados do contingente nacional e a nossa amostra

A conjugação dos dados relativos ao ano de recrutamento com o número médio de anos passados no exército revela um padrão de ex-combatentes muito jovens na altura do seu recrutamento. Em média, os nossos entrevistados passaram 10,7 anos na vida militar (Coelho, 2002: 189).

Os aspectos da vida familiar, do acompanhamento dos filhos à escola e outros constituem componentes essenciais para a reintegração dos combatentes desmobilizados. Porém, o factor mais importante para o reforço destas estruturas é, provavelmente, a reintegração económica de tais homens. Os combatentes desmobilizados, solteiros ou casados, têm de encontrar formas de ganhar a vida para assegurarem a sua subsistência e a subsistência de seus dependentes (Malache, 1997: 30-31).

Quanto aos conhecimentos e educação dos combatentes desmobilizados a amostra sugere um nível educacional muito baixo 81,8 não concluíram a instrução primária. Somente 18.2% frequentaram o ensino secundário, a 7 e 8 classes. Estes aspectos reflectiram-se no processo de sua reintegração, pois o nível de escolaridade baixo acrescido ao facto de a sua maioria não possuir ofício ou experiência de trabalho relevante para a vida civil, levou a que as oportunidades de emprego fossem muito limitadas (Ibidem, 1997: 32).

2.6. Entendimento dos ex-combatentes sobre os programas de reintegração

Em finais de Julho de 1995, o fundo provincial de reintegração em Maputo havia já chegado aos 1916 beneficiários, ou 16,6 por cento do total de soldados desmobilizados nesta área, segundo a OIM. Ao mesmo tempo, o programa OSD havia treinado 366 ex-combatentes e distribuído 238 conjuntos de ferramentas (OIM, 1995: 19-23).

Os ex-combatentes em geral não reconhecem a relevância dos "programas de impacto rápido" implementados logo de início nos centros de acantonamento, e particularmente do subsídio de reintegração que abrangeu todo o contingente de ex-combatentes, e o pagamento do EAR como um programa do qual beneficiaram, o encaram como uma "obrigação" do Governo e das estruturas das Nações Unidas, para o qual eles não precisaram de se candidatar (Coelho, 2002: 216- 217).

Capítulo III – Empresas de segurança privada: o caso da G4s security Mozambique

3. Empresas de segurança privada

Em Moçambique as empresas de segurança privada são criadas com base no Decreto n.º 26/90 de 29 de Novembro num contexto em que se assistia se assiste hoje ao aumento dos índices de criminalidade, particularmente de natureza económica e contra as pessoas, torna-se imperioso o reforço da capacidade combativa da Polícia Popular de Moçambique, através de maior envolvimento, enquadramento e participação dos cidadãos na tarefa de prevenção criminal, sob forma de empresas de segurança privada, em estreita colaboração e coordenação com as forças de defesa e segurança.

O emprego nas empresas de segurança, fornecendo salários regulares (mesmo se baixos) e envolvendo o fascínio do uniforme, parece corresponder ao padrão de aspirações dos ex-combatentes. Na cidade, alguns bairros como o Alto Maé, o Bairro Militar, a Malanga, e particularmente a Polana-caniço e o Infulene, parecem especializados em albergar ex-combatentes empregados como guardas de segurança. (Coelho, 2002: 196).

O comércio no dumba nengue aparece como importante actividade (segunda, depois dos guardas, ou mesmo primeira no caso da Moamba) tanto na cidade como na província. Para além das diferenças “verticais” acima referidas, também a caracteriza uma diversidade “horizontal” ou adaptação à vida dos diversos bairros. De facto, se em bairros tipicamente urbanos como o Alto Maé se negocia uma vasta gama de produtos, a Malanga revela alguma “especialização” em carvão e combustível lenhoso, tal como os comerciantes do Infulene tendem a trazer os seus produtos agrícolas (particularmente legumes) do seu bairro para vender nos mercados da cidade, e o comércio na Moamba parece estreitamente relacionado com as actividades da pesca (Ibidem, 2002: 107-198).

Por importância, estão três categorias ocupacionais: Polícias, Agricultura e Empregados. A primeira ocorre um pouco por toda a parte e é particularmente evidente no Alto-Mae correspondendo a um perfil de ex-combatentes já estabelecidos, empregados pelo Estado e pagando o aluguer das suas casas. Embora sendo uma profissão de alguma maneira relacionada com a sua antiga situação militar”, o trabalho na polícia aparece como importante apenas no Alto Maé, envolvendo ex-combatentes não só do Governo mas, também, da Renamo (Ibidem, 2002: 198).

A categoria dos Empregados, é pouco definida e refere-se aos ex-combatentes assalariados em organismos do Estado, companhias privadas, comércio, etc. É claramente a categoria privilegiada pelo ex-combatentes, apesar dos salários serem geralmente baixos: auferir um salário regular é visto pela maioria como um sinal de estabilidade, reintegração e estatuto social. Embora na sua maioria os ex-combatentes não tenham conseguido utilizar, após a desmobilização, a formação de que beneficiaram no serviço militar, alguns, particularmente motoristas, mecânicos e operadores de rádio, conseguiram encontrar empregos relacionados com as aptidões obtidas nessa altura (Ibidem, 2002: 199-200).

Os artesãos, aqui considerados como os que se envolvem em pequenas actividades por conta própria como sapateiros, latoeiros, canalizadores, mecânicos, electricistas, pedreiros, carpinteiros, etc., são a categoria que melhor deveria reflectir o esforço dos programas de reintegração, particularmente orientados para dar formação e instrumentos de trabalho para que os ex-combatentes possam iniciar actividades de auto-emprego. Espalhados em modestas ocorrências nas zonas urbanas e rurais, alguns deles lutam para sobreviver enquanto que outros parecem razoavelmente bem sucedidos (Ibidem, 2002: 202).

Os operários incluem ex-combatentes empregados em fábricas e distinguem-se aqui dos artesãos pelo facto de trabalharem para um empregador. Considerada uma boa forma de vida e de integração pela maioria dos ex-combatentes (mais uma vez sobretudo pela regularidade dos salários), é uma ocupação relativamente privilegiada porque o mercado está saturado e a oferta neste campo é muito reduzida, sobretudo confinada à construção civil, e os operários concentram-se no Alto Maé (Ibidem, 2002: 203).

De acordo com Coelho, (2002), não era fácil analisar a ocupação dos ex-combatentes devido à "mobilidade ocupacional", aos valores culturais e, particularmente, à imprecisão das respostas dos entrevistados, distorcidas por expectativas frustradas e sentimentos de revolta. Muitos ex-combatentes, particularmente aqueles que se dedicam ao "comércio informal" nos dumba-nengues, mudam frequentemente de ocupação à medida que surgem novas oportunidades e outras deixam de existir. Por outro lado, o trabalho assalariado é frequentemente o único que se considera propriamente como ocupação e, conseqüentemente, muitos homens envolvidos em actividades informais tendem a considerar-se desempregados".

Dos que se consideram ocupados, a maioria encontrou, após a desmobilização, emprego como guarda de segurança. Se, por um lado, tal tipo de emprego representa o importante e positivo papel de garantir ocupação ao contingente (ajudando portanto a reintegrá-lo), por

outro ele também indica que os programas de reintegração, particularmente os destinados a fornecer novos conhecimentos e aptidões, não alteraram a situação de maneira profunda: empregos relacionados com a segurança são aqueles que apresentam mais semelhanças com aquilo que os ex-combatentes faziam antes da desmobilização o que, de certa forma, contraria um dos princípios da reintegração, que é o de manter os ex-combatentes dispersos e "longe das armas" (Ibidem, 2002;194).

Segundo Coelho (2002), a categoria de "guardas" compele uma vasta gama de actividades, desde as dos guardas individuais de lojas e residências ao emprego em empresas especializadas em segurança que se multiplicaram após o Acordo de Paz. A primeira inclui normalmente os mais idosos e reformados e constitui muitas vezes uma "segunda profissão", em que os guardas, munidos de cacetes e outros instrumentos improvisados, protegem residências lojas e outras instalações à noite.

3.1. A G4s security Mozambique

A implementação de Programa de Reabilitação Económica (PRE), em 1987, que tinha como objectivos introduzir reformas políticas do Estado, descentralização das empresas e, a privatização da economia, levou o Estado a intervir indirectamente no mercado e, as empresas a assumirem o papel de produtores e distribuidores de bens e serviços. É neste contexto que surge a indústria de segurança privada, no início na década 90 (Zandamela, 2008: 2).

Em Junho de 1990 o Governo aprova o Decreto 26/90 que cria e regulamenta as empresas de segurança privada. Na altura, a primeira empresa criada foi a Protege, seguido da Secoltege, Alfa, Belga, Delta, Basopa, Alerta, Omega, sendo nesta mesma esteira que é criada a G4s Security Mozambique, empresa que constitui o foco desta pesquisa.

O ano 1995 é caracterizado como período de expansão deste sector, vislumbrando-se um número significativo de empresas privadas de segurança, onde o mercado já contava com cerca de 20 empresas.²

Em 1997 cria-se o primeiro sindicato deste ramo, com a denominação de SINTISPEGM, a máquina sindical democrática, representativa dos trabalhadores e genuinamente moçambicana na área de segurança privada e inscrito na OTM (Zandamela, 2008: 3).

². Entrevista com Cipriano Mafunga, Cidade de Maputo, 5/10/2023.

3.2. Breve historial da G4s

Segundo o Relatório da G4s (2022), no início do milénio (2000), o Group 4 e a Falck acordaram uma fusão para se tornarem no "Group 4 Falck" - seguida de uma sucessão de aquisições internacionais de empresas de segurança em países como a África do Sul, a República Checa e a França.

Depois de entrar no mercado de segurança dos EUA através das aquisições da The Wackenhut Corporation, a segunda maior empresa de serviços de segurança dos EUA, e de uma empresa dinamarquesa de alarmes contra intrusão, o Group 4 Falck estabeleceu-se como uma marca global. Ao mesmo tempo, a aquisição de empresas no Canadá, África, Europa, Ásia e EUA, estabeleceu a Securicor como concorrente e também como uma empresa de segurança global. Em 2004, a Securicor funde-se com o Group 4 Falck para formar o Group 4 Securicor (G4S) e começa a negociar na Bolsa de Valores de Londres e Copenhaga (Ibidem).

Missão

Especializar-se em processos e instalações de negócios terceirizados em sectores onde riscos de segurança e segurança são considerados uma ameaça estratégica. Utilizamos a nossa experiência global e os nossos conhecimentos locais na avaliação e gestão de riscos de segurança para edifícios, infra-estruturas, materiais, objectos de valor, pessoas e sociedade.

Visão

- ✓ Oferecer serviços de excelência ao cliente e para nos portar de acordo com os valores e padrões da empresa;
- ✓ Colocar os clientes a contarem com a empresa para fornecer serviços de segurança para desempenhar o seu trabalho e para o desenvolverem;
- ✓ Garantir o suporte e orientação ao longo de suas carreiras e actividades.

Estratégia de Marketing

Desenvolvemos parcerias estratégicas de longo prazo com clientes em sectores-chave onde podemos ajudá-los a alcançar seus próprios objectivos de negócios, quer aumentando suas receitas, reduzindo custos, gerenciando riscos, protegendo activos críticos ou melhorando a prestação de serviços aos clientes. Fazemos isso entendendo os ambientes nos quais nossos clientes operam, as pressões que enfrentam e as coisas que mais importam para eles.

Efectivo laboral

O efectivo laboral da G4s é de 12.000, 00 colaboradores a nível nacional, sendo 8. 000, 00 em Maputo.

Mercado alvo

Eis as três áreas de negócio principais:

- ✓ Segurança Humana e Patrimonial (SHP);
- ✓ Transporte de Numerário e Artigos Valiosos (CIT);
- ✓ Serviços Integrados - Segurança Electrónica e Serviços Especiais (DSI).

3.3. Política de Recrutamento da G4s

Em relação a existência de possibilidade de promoção profissional para ocupar cargos superiores, 27% para "SIM", 46% para "NÃO" e 3% para "AS VEZES", e no concernente a questão relacionada com adequabilidade do critério de recrutamento, 70% dos inquiridos respondeu "SIM" e 27% "NÃO".³

Em relação a questão na qual se pretende saber se um dos critérios de recrutamento é a capacidade física, 70% disse "SIM", 27% "NÃO" 3% "AS VEZES", a partir dos dados acima, pode se perceber que a possibilidade de promoção profissional de um empregado para cargo superior é ínfima, pois, a percentagem relacionada com esta questão tem como resposta 27% de "SIM" contra 50% de "NÃO", ", e em relação aos critérios de recrutamento, há maior percentagem para o porte físico do candidato privilegiando-se aqueles que tenham cumprido Serviço Militar.⁴

a) Em relação incentivos materiais e facilidades (alimentação, habitação, saúde, segurança, entre outros) oferecidas pela empresa G4s, 3% dos trabalhadores respondeu "SIM", 70% respondeu "NÃO" e 24% de trabalhadores respondeu "AS VEZES", tendo o nível de abstenção sido de 3%.

b) Relativamente a questão de recompensa pelo desempenho aos empregados, por parte da empresa, respondeu "SIM" 60% e "NÃO" 30%, 7% "AS VEZES" e 3% abstiveram se, ou seja, não responderam a pergunta.

³. Entrevista com Alberto Mazive, Cidade de Maputo, 5/10/2023

⁴. Entrevista com Artur Mbaze, Cidade de Maputo, 5/10/2023

c) A questão relativa ao pagamento do salário a tempo, 90% dos empregados respondeu "SIM", 3% respondeu "NÃO", 7% respondeu "AS VEZES".⁵

3.4. Padrões de Comunicação na G4s

a) Em relação ao sentimento dos superiores sobre o desempenho das funções, quanto a esta alínea, o resultado do inquérito indica-nos que 51% dos trabalhadores respondeu "SIM" 13% respondeu "NÃO" 35% FAS VEZES" e 1% de abstenção.

b) Relativamente a questão de existência de bom relacionamento entre colegas de trabalho na G4S Security Mozambique, a resposta predominante foi "SIM" com 60%, 17% respondeu "NÃO" cabendo a 23% dos empregados a resposta "AS VEZES".

c) Nesta alínea, a questão refere-se a chegada com antecedência de informação ou aviso da G4s security Mozambique, aos trabalhadores, 60% dos inquiridos respondeu "SIM", 30% respondeu "NÃO" e 10% foi abstinência.⁶

A partir das respostas dos empregados referentes a motivação, pode se perceber que a empresa G4S security Mozambique, possui políticas motivadoras adequadas no seio da organização com vista a garantir o sucesso das suas actividades, havendo contudo necessidade de melhorar ainda mais, com base na divulgação dos objectivos da empresa, regulamentos internos na actuação da empresa aos seus colaboradores.

Em relação a comunicação, para os trabalhadores a mesma é bastante fluida, facto que se depreende quando se trata de empregado/empregador vice-versa, como ilustra a alínea (a) onde 51% dos trabalhadores responde "SIM" e 13% responde "NÃO" A semelhança da alínea já referida, a alínea (c) vem provar o satisfatório fluxo de comunicação entre os empregados e empregadores, o que contribui em grande a forte, firme, constante e confiante relacionamento entre as partes na organização, assegurando desta forma a participação das partes na solução de problemas, bom ambiente laboral com os ex-combatentes e demais colaboradores, assim como promoção de um bom ambiente laboral, incentivando o espírito de equipe e um melhor desempenho nas tarefas. Contudo, a comunicação é um bom instrumento no trabalho e no relacionamento entre empregados, e destes com o patronato

⁵. Entrevista com Beatriz Munguambe, Cidade de Maputo, 7/10/2023

⁶. Entrevista com Severiano Mungoi, Cidade de Maputo, 7/10/2023

como mostram os dados da alínea (b) onde a resposta predominante foi "SIM" com 60%, 17% respondeu "NÃO" cabendo a 23% dos empregados a resposta "AS VEZES".⁷

3.5. Condições Logísticas na G4s

Em relação ao equipamento de protecção para os trabalhadores (fardamento, máscaras, botas, entre outros), 70% dos empregados respondeu "SIM" cabendo os outros 27% a resposta "AS VEZES" e 3% abstinência.

Relativamente a suficiência do equipamento de segurança que a empresa oferece para a protecção dos clientes, dos trabalhadores inquiridos 50% responderam "SIM", 33% "AS VEZES" e 18% abstiveram-se.⁸

Relativamente a questão referente a facilidade de comunicação de uma situação com o superior via rádio, telefone, entre outros equipamentos, dos empregados inquiridos 80% respondeu "SIM", 15% "NÃO" e 5% "AS VEZES".⁹

Com base nessas amostras pode-se afirmar, que os trabalhadores admitem que a G4s é uma empresa de segurança privada que providencia as condições laborais para o decurso satisfatório das actividades de segurança, protecção de instalações, pessoas e bens, mas também nos seus agentes para que com dignidade desempenhem as suas actividades, havendo necessidade de reforço desta lógica no seio dos colaboradores, olhando ainda os 15%, responderam negativamente ao inquérito, para poder abranger o maior número de colaboradores, ou mesmo a sua totalidade.

3.6. Meios de Transporte da G4s

Em relação a existência de meios de transporte para transportar os trabalhadores de casa para os postos de trabalho e vice-versa, 3% dos trabalhadores inquiridos respondeu "SIM", 80% respondeu "NÃO" 17% respondeu "AS VEZES", não se registou nenhuma abstenção.

No quadro de surgimento de ocorrências, relativamente o nível de resposta dos meios de transporte, ser ou não satisfatória, teve-se 0% para a resposta "SIM", 47% para "NÃO" e 53% para "AS VEZES". No que concerne a existência de garantia de transporte para levar a

⁷. Entrevista com Elvis Mabunda, Cidade de Maputo, 7/10/2023

⁸. Entrevista com Nhamuni Cesar, Cidade de Maputo, 7/10/2023

⁹. Entrevista com Zacarias Nguenha, Cidade de Maputo, 8/10/2023

paragem os trabalhadores depois do serviço, coube 0% para a resposta "SIM", 90% para resposta "NÃO" e 10% para "AS VEZES".¹⁰

Como se pode perceber, as questões relacionadas com a logística são maior percentagem da resposta "SIM", onde em alguns casos a percentagem é indicação clara da existência da condição logística. Portanto, com os dados acima apresentados, pode-se inferir, que a empresa, oferece quase todas condições para a ocorrência eficaz das actividades.

Quando se trata de transporte, pode-se concluir que a empresa dispõe de meios de transporte mas não respondem taxativamente as necessidades inerentes ao funcionamento operativo da empresa, havendo casos em que os trabalhadores, não dispõem de meios transportes, até para situações de emergência no acto de exercício das suas funções, para além da falta de transporte pessoal para os empregados, refugiando-se a empresa num subsidio de transporte e alimentação que da cobertura a esta necessidade.¹¹

3.7. Respeito a Legalidade na G4s

Para a questão de existência de contratos em vigor para a formalização de trabalho, 26% dos vigilantes de segurança respondeu "SIM", 60% dos trabalhadores respondeu "NÃO", 7% respondeu "AS VEZES" e 7% absteve-se. Para a questão relacionada com garantia de reforma dos trabalhadores, 70% dos inquiridos respondeu "SIM", 17% respondeu "NÃO" e 13% respondeu "AS VEZES".¹²

Esta tendência mostra a garantia que provem do facto de grande parte dos nossos entrevistados estarem inscritos e suas contribuições serem regularmente canalizada ao instituto nacional de segurança social, por um lado a grande responsabilidade que a G4s security Mozambique tem em relação, não ao presente, mas também ao futuro quando atingirem a fase da sua reforma, tendo em conta que boa parte dos envolvidos neste estudo caminha a passos galopantes em direcção aquele direito.

Em relação ao cumprimento das obrigações da empresa por parte dos trabalhadores, coube 93% para a resposta "SIM" e 17% para a resposta "NÃO", e no concernente a observância de

¹⁰. Entrevista com Arlindo Cossa, Cidade de Maputo, 8/10/2023

¹¹. Entrevista com Carlos Mazivila, Cidade de Maputo, 12/10/2023

¹². Entrevista com Jonito Araújo, Cidade de Maputo, 12/10/2023

condições contratuais pela entidade empregadora, 70% respondeu "SIM", 25% "NÃO" 5% coube a resposta "AS VEZES".¹³

Como se pode perceber, nos aspectos de legalidade, , a maior percentagem recai para "SIM", uma mensagem de que dentro da empresa de segurança privada G4s Security Mozambique a componente de legalidade é observada , mas não se pode menosprezar os 25% que não este facto, o que pode ser motivado pelo desconhecimento da lei do trabalho em vigor no país, 23/2007, de 1 Agosto, dificultando o seu recurso por parte desta franja de funcionários, por negligencia ou mesmo desconhecimento, cabendo a G4s Security Mozambique tornar conhecida a lei do trabalho, sobretudo no seio dos trabalhadores, ex-combatentes e não só de como forma de massificação deste instrumento tão importante nos colaboradores, o que melhoraria actuação dos trabalhadores em processos técnico-laborais: disciplinares, administrativos, solicitações de natureza diversa, cumprimento de deveres laborais de forma.

3.8. Padrões de Formação na G4s

Quanto se a questão de suficiente formação com vista a sentir-se seguro no acto de desempenho das funções, 83% dos trabalhadores respondeu que "SIM", 7% resposta "NÃO", 7% "AS VEZES" e 3% abstinência.¹⁴

Quando a questão e concernente a satisfação na formação, o grosso número dos inquiridos respondeu "SIM" que corresponde a 87%, 7% respondeu "NÃO", 7% "AS VEZES" e 3% abstinência.¹⁵

Tendo em conta estes dados acima trazidos pelo estudo, pode se referenciar como estando na origem a existência de programas de formação de carácter regular e de actualização, 3% do total abstinência podem se imputar a erros de planificada que tenham feito com que estes trabalhadores não fossem abrangidos, sendo necessário a sua identificação e submissão a cursos desta natureza, e quanto aos 7% que respondeu não, talvez possam ser submetidos a cursos de reciclagem para sua actualização, por forma a mante-los em forma no acto do desempenho das suas actividades.

¹³ . Entrevista com Elvis Mabunda, Cidade de Maputo, 7/10/2023

¹⁴ . Entrevista com Nhamuni Cesar, Cidade de Maputo, 7/10/2023

¹⁵ . Entrevista com Zacarias Nguenha, Cidade de Maputo, 8/10/2023

3.9. Comportamento Organizacional

Na questão relacionada com o bom relacionamento entre os trabalhadores e clientes, 57% dos trabalhadores respondeu "SIM" 30% respondeu "NÃO" e 13% "AS VEZES", e em relação a questão de uso de boa educação e bom senso pela entidade empregadora para orientação dos empregados, tivemos 53% dos inquiridos a responder "SIM", 44% B responder "NÃO" e 3% "AS VEZES".¹⁶

No aspecto de formação, os empregados responderam na sua maioria "SIM", o que se justifica pela percentagem de 53% nas alíneas (a) e 57% na alínea (b). A formação é importante na vida de uma organização, pois, permite que os colaboradores de uma organização tenham habilidades e capacidades para melhor desempenharem as suas funções com vista a sua realização, assim como da empresa. No concernente ao comportamento, os trabalhadores afirmam que a organização adopta uma postura irracional, na resolução de conflitos e na forma como se dirige aos trabalhadores. Contudo, o relacionamento entre os trabalhadores com os beneficiários dos seus serviços é bom.¹⁷

3.10. Ambiente de Trabalho na G4s

Questionado aos trabalhadores relativamente a qualidade do ambiente de trabalho, 27% dos trabalhadores respondeu "SIM", 60% respondeu "NÃO", 30% "AS VEZES" e 10% absteve-se, e quanto a segurança no acto das actividades, 53% dos inquiridos respondeu "SIM", 30% respondeu NÃO" e 17% "AS VEZES".¹⁸

Em relação a atractividade da temperatura a que os trabalhadores são expostos no acto de exercício das suas funções, 15% diz "SIM", 47% "NÃO", 27% "AS VEZES" e 13% abstinência., e no que concerne a flexibilidade de horário, coube 27% para "SIM", 40% para "NÃO". 20% para "AS VEZES" e 13% absteve-se.¹⁹ No concernente aos espaços nos postos de trabalhos, se são acolhedores e confortáveis, 27% dos trabalhadores respondeu "SIM" 46% "NÃO" 27% "AS VEZES", e no que se refere ao ambiente de trabalho, com base nos dados acima apresentados pode-se afirmar que este que é bom, e há condições saudáveis de trabalho.²⁰

¹⁶. Entrevista com Artur Mbaze, Cidade de Maputo, 5/10/2023

¹⁷. Entrevista com Severiano Mungoi, Cidade de Maputo, 7/10/2023

¹⁸. Entrevista com Beatriz Munguambe, Cidade de Maputo, 7/10/2023

¹⁹. Entrevista com Cipriano Mafunga, Cidade de Maputo, 5/10/2023

²⁰. Entrevista com Alberto Mazive, Cidade de Maputo, 5/10/2023

Capítulo IV

Conclusão

Feito o trabalho compreende-se que as empresas de segurança privada, absorveram uma boa parte dos ex-combatentes da guerra dos 16 anos dando uma oportunidade de trabalho a este grupo, contribuindo desta forma para acalantar esperanças e isto permitiu o sustento dos ex-combatentes e de seus dependentes. Para o alcance da paz em Moçambique, foi o calar das armas, mas também começa de um processo ainda mais delicado e exigente das partes envolvidas, o de reintegração dos ex-combatentes da luta dos 16 anos em Moçambique, havendo a necessidade de reaproximação de movimentos antagónicos ideologicamente a frente de libertação de Moçambique (FRELIMO) revolucionário e a resistência Nacional moçambicana (RENAMO) que lutava pela democracia num processo onde se caracterizavam pelo não reconhecimento do governo do movimento e das suas exigências, considerando-o os seus actos como de banditismo e de desestabilização e por outro lado a Renamo exigindo o seu reconhecimento como partido tal e qual a Frelimo. A partir de 1979 começam várias iniciativas fracassadas que conduziram a paz no meio a desconfiança de ambas partes, o que veio a concretizar-se a 4 de Outubro de 1992, com o envolvimento paralelo da Igreja e da Comunidade do Santo Egídio assinatura do acordo geral de paz, tendo como signatários Joaquim Chissano representando a Frelimo e Afonso Dlakama em Roma capital da Itália, este processo veio desaguar na realização das primeiras eleições multipartidária em 1994, constituindo um facto histórico indelével na história moçambicana. Neste processo o papel das Nações Unidas foi determinante e a Igreja teve o papel de coordenar e aproximar as partes. Este processo consistiu em 5, principais programas ADHOC que foram: esquema de apoio à reintegração, programa de formação e "Kits, programa de políticas e identificação de emprego a ser implementado através de serviços de informação e referência, fundo provincial para a reintegração dos soldados desmobilizados, desenvolvimento das habilidades ocupacionais. No caso da Cidade de Maputo, mesmo não tendo grande número de ex-combatentes serviu de polo de atracção de outros combatentes oriundos de outras regiões do país em busca de melhores condições de vida. A G4s Moçambique é uma empresa de segurança privada que se destaca na observância da lei de trabalho em vigor no país bem como na inscrição dos seus colaboradores no Instituto Nacional de Segurança Social e grande parte dos seus colaboradores estão felizes por fazerem parte da empresa, verificando-se negligência e falta conhecimento da lei laboral.

8. Referências bibliográficas

Entrevistas

Entrevista com Artur Mbaze, Cidade de Maputo, 5/10/2023

Entrevista com Alberto Mazive, Cidade de Maputo, 5/10/2023

Entrevista com Carlos Mazivila, Cidade de Maputo, 12/10/2023

Entrevista com Arlindo Cossa, Cidade de Maputo, 8/10/2023

Entrevista com Beatriz Munguambe, Cidade de Maputo, 7/10/2023

Entrevista com Cipriano Mafunga, Cidade de Maputo, 5/10/2023

Entrevista com Elvis Mabunda, Cidade de Maputo, 7/10/2023

Entrevista com Jonito Araújo, Cidade de Maputo, 12/10/2023

Entrevista com Nhamuni Cesar, Cidade de Maputo, 7/10/2023

Entrevista com Severiano Mungoi, Cidade de Maputo, 7/10/2023

Entrevista com Zacarias Nguenha, Cidade de Maputo, 8/10/2023

Documentos

BAZOTE, Mirian. Introdução ao Estudo da Segurança Privada, {Brasil}; senhora segurança, 2016;

COELHO, Victor P. C. O combatente “uma perspectiva jurídica no âmbito do direito internacional humanitário” 2009;

COELHO. Paulo Borge. Antigos soldados, Novos cidadãos: Reintegração e desmobilizados de Maputo. Estudos Moçambicanos 20 (2002):141-236;

COELHO, João Paulo Borges. Antigos soldados novos cidadãos: A reintegração dos desmobilizados de Maputo. In: Escudo's moçambicanos, 20, UEM, Maputo. 2003;

COELHO, João Paulo Borges; VINES, Alex FG, pilot study on demobilization and re-integration of ex-combatants in Mozambique, Oxford, and refuge studies programme|Queen Elizabeth house- University of oxford, 1995;

COSTA, João, economia de Moçambique 2001-2010:um mix de populismo económico e mercado selvagem. Maputo. Escolar Editora Editores e Livreiros, Lda. 2013;

CUMBANE, Rodrigues Nhiuane. Análise do Risco de Incêndios Urbanos no Município de Maputo em Moçambique. Tese para a obtenção do grau de doutor em Território, Risco e Políticas Públicas. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015;

G4S Limited. Relatório Anual e Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022;

MACOMBO, Vieira. Reforma do sector de segurança em moçambique: numa perspectiva africana. Instituto de estudos superiores militares, 2008;

MOSCA, João. Economia de Moçambique século XX. Lisboa: Instituto Piaget. 2005;

MOÇAMBIQUE. Decreto n° 29/90, 26 de Novembro. Concernente à permissão do exercício de actividade de protecção e segurança de pessoas e bens sob forma de empresas de segurança privada e aprova o seu Regulamento. Boletim da República. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, n., 48, p. 16-21, 1990. Série I: Suplemento, 5°;

OIM. Um ano depois qual é o estado da reintegração em Moçambique? Maputo: OIM. 1996.

VINES, Alex, RENAMO's rise and decline: the politics of reintegration in Mozambique, *International Peacekeeping*, Vol. 20, n°3 2013.

WILSON, K.B. Deslocados internos e repatriados internos de e para Moçambique. Oxford: 1993;

WEINER, Bernhard; BWENO, Natalia. Reconciliação em Moçambique: Conjunturas críticas e dependência de trajetória. (in" SALVADOR, Forquilha (org). Desafios para Moçambique (reimp: Norprint-a casa do povo. rev. Nuno Carvalho. Coord. Moçambique conteúdos e publicações") Maputo: Iese, 2020;

ZANDAMELA, Pedro Lázaro. Conflitos laborais em Empresas de Segurança Privada. Caso SOSEP, Lda. Tese de licenciatura em Gestão na Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: Faculdade de Economia, 2008.

Obras lidas não usadas

CABRITA, João M. The tenuous road to democracy. Palgrave, macmillan (s/l):2000;

DIMANDE, CATAREINA Mario (coord).Abraco fraternal: brochura do dialogo do presidente da República de Moçambique com as confissões religiosas. Maputo: Presidência da República, 2015;

DULCE, Leiria (trad).Moçambique em transição-um estudo da história de desenvolvimento durante o período de 1974-1992.Maputo:instituto superior de relações internacionais-centro de estudos estratégicos e internacionais, 1994.

KRIGER, N. War veterans: continuities between the past and present, Africa studies quarterly, (2-3). Disponível em:<http://web.africa.ufl.edu/asq/v7/v7iza7>.acessado:01-05-2022;

MACUACUA, Edson da Graça. Constituição da república de Moçambique, (rev.2018, coord. João Costa) Maputo, escolar editora. 2019;

MAZULA, Brazão; BRITO, Miguel de; UMBILANA, Obede B. G. Violence and Thought: Essays on social tensions in Africa. 3o volume. London: Press Limitada, 2004;

NHAKATEMBO, Bernardo Mariano (ed).O patriota; colecção de memorias dos combatentes revista semestral 6ª edição nr 6; Abril 2023, colecção memoria dos combatentes;

ROCCA, Roberto Morozzo. Moçambique da guerra a paz: História de uma medição insólita. [Maputo] UEM-Livraria Universitária;(s/d);

ROSÁRIO, Domingos M. do; GUAMBE, Egídio; SALEMA, Ercino de. Democracia multipartidária em Moçambique. 1a edição. s/l: Elsa editora, 2020;

ROESCH, Otto. Renamo and the peasantry; Aview from Gaza province;

VARELA, Ada Moiane, (coord).o patriota.6ª edição, mico-iphlln. 2023.